A utilização da análise de sistemas consistiria "em essência, numa forma de considerar, analisar e raciocinar sobre os *dados globais* de uma situação..." (Apresentação), estudando-se diferentes possibilidades de solução de um mesmo problema. Tal abordagem insurge-se contra o procedimento clássico de se coletar dados, classificá-los e analisá-los de acordo com um método fixo, preestabelecido, em que se toma a situação dada como não modificável, a ser apenas medida ou julgada.

Os processos envolvidos na análise operacional assemelham-se a um jogo. "A idéia de sistema, no fundo, é a de que a situação é uma espécie de *jogo*: um conjunto de peças com funções diferentes atuando e interagindo para certos resultados. No jogo, propriamente dito, as peças são fatores precisos e uniformes, as regras do jogo também precisas e uniformes, os resultados também precisos e uniformes e, daí, nada mais ter o jogador a fazer do que usar as alternativas e divertir-se com os resultados". (Apresentação)

Destas últimas afirmações surge um problema crucial: afinal, num sistema fechado, com regras fixas, onde se localiza a participação humana? É exatamente na fixação dos objetivos que se quer atingir, ponto fundamental do planejamento de pesquisa, que aquela se revela com toda a força. O computador, com seu sistema fechado e regras precisas, é o instrumento mais rápido para se conhecer os melhores meios de alcançar os fins perseguidos. Deste modo, pelo plano de ação, busca de alternativas, avaliação dos resultados obtidos, enfim, pela *tomada de decisões*, o homem pode *criar*, dentro da análise de sistemas, novas regras às quais o computador se adapta.

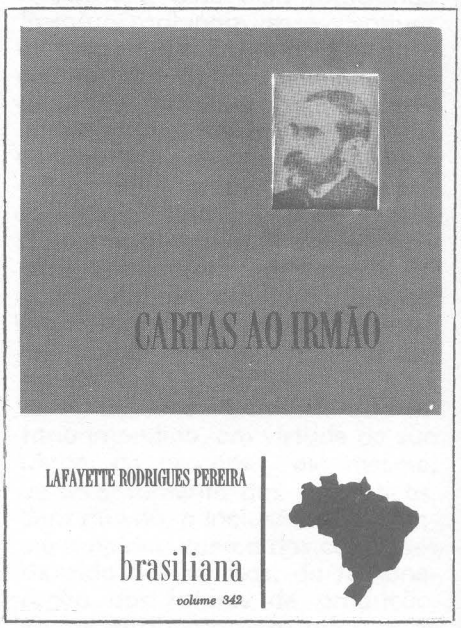
Todos estes pontos são discutidos pelo autor. Todavia, achamos que, nos exemplos por ele citados, a parte relativa aos objetivos perseguidos na análise de situações sociais não é suficientemente enfatizada e discutida. Tal se verifica, por exemplo, quando o autor apresenta as conclusões, ao nosso entender frágeis, de estudos por computador sobre o problema da mortalidade infantil e da probreza nos EUA: "o melhor modo de reduzir essa taxa de mortalidade é estabelecer um programa de controle da natalidade..." e "se o planejamento da família tivesse principiado uma geração atrás, os EUA teriam, presentemente, cerca de 4500 mil pobres menos do que na realidade têm".

Ora tais resultados podem constituir os meios mais eficazes para se alcançar determinados fins sociais, e não outros. O problema do controle da natalidade, que envolve questões mais complexas, não é absolutamente discutido. O autor nem sequer cogita dos problemas da elevação do nível de vida, da assistência à maternidade, etc., resultantes de um processo econômico mais amplo. Esta simplificação torna a sua contribuição menos rica. O que não impede que o livro tenha um certo valor, pela novidade do tema no Brasil, como introdução aos problemas operacionais apresentados pela análise de sistemas e pela divulgação, em nosso meio, das experiências realizadas na área.

Marisa Saenz Leme

Cartas ao Irmão

Por Lafayette Rodrigues Pereira. Introdução e notas de João Camilo de Oliveira Torres; apêndice de J. Rodrigues de Almeida. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968. 248 p. Col. Brasiliana, 342).



A publicação das cartas do Conselheiro Lafayette ao seu irmão Washington Rodrigues Pereira representa achega ao estudo de sua biografia, mas pequena contribuição ao conhecimento da época. A correspondência totaliza 109 cartas e mais uma ao pai, e foram escritas de 1869 a 1895, num momento de grande agitação da vida política brasileira.

As cartas não refletem os grandes problemas do momento, revelam apenas esporadicamente certas questões de maior interesse. Porém, o que surge como constante é a pequena política provincial e as suas relações com a política da Corte, as relações entre cargos e interesses econômicos, a condição da mulher e do casamento, a nomeação do presidente da província e suas relações com os grupos locais, as eleições e os acordos, etc.

É assim que o livro nos informa mais sobre detalhes da pequena política ou do incidente menor. Os exemplos abundam no decorrer de toda correspondência: ao informar o irmão sobre o cargo de inspetor da mesa de rendas, que o presidente de Minas oferecera a Washington, Lafayette diz que é "excelente lugar; dá bastante influência na província. Só tem

um defeito e vem a ser — estar na inteira dependência do presidente e portanto precário para quem tem uma opinião política. Eu desejava ver-te juiz de direito, mas enfim, creio que não irás caminho errado se aceitares a nomeação de inspetor. Torno a repetir — como lugar de influência política é excelente".

Outro detalhe sintomático, que aparece ilustrado em vários lugares, é o da questão da nomeação do presidente da província e a problemática dos interesses locais: como se sabe, a nomeação era feita pelo Imperador, e o comum era que o indicado não estivesse ao par dos problemas específicos da província, nem do equilíbrio de forças existentes. Daí o envolvimento, às vezes prejudicial, que sofria o recém-nomeado presidente da província, e a política particularista adotada nesta circunstância. Quando trata da nomeação do Barão de Vila da Barra para presidência da Província do Rio de Janeiro (1876), Lafayette torna claro esta condição, quando diz que o barão é "excelente homem, mas estranho à chicana política e portanto fácil de ser enganado".

As eleições é que aparecem como exemplo de jogos de interesses mais complexos. A política pessoal sobrepassa à partidária, o que leva os entendimentos e acordos a serem rompidos com facilidade, como aparece em vários momentos do livro. Candidato por Minas Gerais, nas eleições de 1876, Lafayette fizera a campanha eleitoral, certo do apoio dos seus correligionários do Partido Liberal; escreve "800 cartas para todos os colégios da província". Mas, os resultados das eleições são negativos, pois, "até ontem, o resultado da apuração dos colégios conhecidos me era favorável; mas hoje o resultado do colégio de Sabará e Santa Luzia desequilibrou-me completamente. É uma traição indigna de Assis Martins. Temendo ser cortado no Serro, Diamantina e São João Batista, onde os católicos não filaram um só voto, o J. Martins sacrificou-me e ao Afonso Pena para dar votos ao Mariz Águia... chefe dos católicos do Serro. Mas há de pagar caro essa indignidade. Eu, Pena e Prados (igualmente traído) nos ligaremos na primeira oportunidade. Além disso, o Lobo por sua parte lhe tomará conta". Em outra carta diz ainda espérançoso: "o antigo 2.º distrito me tem sido terrivelmente hostil. Em Santa Luzia só tive 5 votos, em Sabará 13, em Sete Lagoas 7 e agora no Pará 1. Acredito que nisto andou dedo de J. Martins, porque por toda a província os liberais receberam bem o meu nome".

O Conselheiro Lafayette é um dos signatários do famoso Manifesto Republicano de 1870, que abre perspectivas novas no movimento político brasileiro. Na correspondência não aparece o mínimo índice de suas atitudes republicanas, somente sendo assinalada, numa única nota, a existência do manifesto do Centro Liberal (1868).

Seu casamento mostra, por sua vez, a problemática social da mulher e as condições institucionais vigorantes, aparecendo claramente a ligação entre contrato de casamento e dote, traço comum na sociedade européia da época. "Estou de casamento justo com a Exma. Sra. D. Francisca Coutinho, menina de dezenove anos de idade, formosa como um anjo caído do céu, de uma educação primorosa, modesta, singela, inteligente, amiga da economia, de costumes puríssimos e habituada a viver longe do bulício do mundo... É filha legítima do Dr. José Júlio de Freitas Coutinho, antigo advogado nesta corte e sogro de Silveira Martins. É uma moça tal como eu sempre imaginara para minha mulher, boa, santa e capaz de viver de pouco. É a filha mais moça e herdeira da terça parte do pai".

Os dados sobre os infortúnios da jovem República, a sua atuação durante a Missão ao Chile, e as notas relativas ao Gabinete dirigido por ele (1883) completam o ciclo de informações desta correspondência inédita, publicada atualmente.

Edgard Carone

Lembranças do Brasil

Por Pedro Ludwig e William Briggs. Introdução por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, Sedegra, s/d.

A reedição do álbum de litografia de Ludwig e Briggs permite-nos entrar novamente em contato com uma das fontes artísticas e históricas fundamentais do nosso passado. As estampas, em número de 30, fazem parte de um conjunto denominado *The Brazilian Souvenir: a selection of the most peculiar costumes of the Brazils* e realizadas entre 1846 e 1849.

A sociedade Ludwig e Briggs concretiza-se em 1843. Como grande número de outros artistas estrangeiros, William Briggs e Pedro Ludwig instalam sua própria oficina esperando "poder servir aquelas pessoas que o honrarem, com presteza e perfeição em tudo que diz respeito a litografia, como desenhos, mapas, cartas topográficas, planos de arquitetura, emblemas, diplomas, vinhetas, circulares, faturas, letras de câmbio, etc., assim como quaisquer trabalhos, por mais delicados que sejam, afiançando-se serem perfeitamente gravados, e iguais às melhores obras que se fazem na Europa".

O oficina também aproveita-se da obra de artistas nacionais ou que se encontram de passagem pelo Brasil. As aquarelas originais, que serviram de base às cópias litográficas de Ludwig e Briggs, são de autoria do artista alemão Edward Hildebrandt. Este aporta ao Rio em 1844 e de sua passagem por esta cidade, Salvador, Recife e São Paulo conhece